

Centro Social Paroquial de Benedita

Anexo

31 de Dezembro de 2017

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Activos Fixos Tangíveis.....	9
6	Inventários	11
7	Rédito	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
9	Benefícios dos empregados	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
11	Outras Informações	13
11.1	Clientes e Utentes	13
11.2	Outras contas a receber.....	14
11.3	Caixa e Depósitos Bancários	14
11.4	Fundos Patrimoniais	14
11.5	Fornecedores	15
11.6	Estado e Outros Entes Públicos	15
11.7	Outras Contas a Pagar.....	15
11.8	Subsídios, doações e legados à exploração	16
11.9	Fornecimentos e serviços externos	16
11.10	Outros rendimentos.....	16
11.11	Outros gastos	17
11.12	Resultados Financeiros	17
11.13	Acontecimentos após data de Balanço.....	18

1 Identificação da Entidade

O “Centro Social Paroquial de Benedita” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, canonicamente erecta, com personalidade jurídica no foro canónico e civil, pertencente à Paróquia de Nossa Senhora da Encarnação de Benedita, com sede em Rua Nossa Senhora da Encarnação, n.º 9, 2475-121 Benedita.

Foi criado em 16 de Outubro de 1946 ao abrigo do Artº 111 da Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa. Com Estatutos aprovados pela Autoridade Civil, foi qualificado como pessoa colectiva de utilidade pública administrativa, passando a ser conforme o previsto no Artº 94, nº 5, do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro.

Tem como actividade para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- CAE 88910 (Principal) - Actividades de cuidados para crianças, sem alojamento
- CAE 85100 (Secundário 1) – Educação Pré – Escolar

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

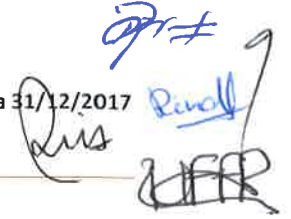
Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projectar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.



3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve reflectir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transacções e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.9 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.10 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.11 Comparabilidade

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direcção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos activos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transacções de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das actividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	6
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	4
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo seu custo.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.4 Instrumentos Financeiros



Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retractar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	1.231.648,39	0,00				1.231.648,39
Equipamento básico	150.662,08	0,00				150.662,08
Equipamento de transporte	38.225,37	0,00				38.225,37
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	53.243,23	4.575,42				57.818,65
Outros Ativos fixos tangíveis	34.040,60	0,00				34.040,60
Total	1.507.819,67	4.575,42	0,00	0,00	0,00	1.512.395,09
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	694.785,10	16.414,19				711.199,29
Equipamento básico	145.372,35	1.780,24				147.152,59
Equipamento de transporte	36.345,37	1.880,00				38.225,37
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	52.147,81	1.273,98				53.421,79
Outros Ativos fixos tangíveis	4.275,75	45,00				4.320,75
Total	932.926,38	21.393,41	0,00	0,00	0,00	954.319,79

Descrição	2016			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00		0,00	0,00
Edifícios e outras construções	536.863,29		16.414,19	520.449,10
Equipamento básico	5.289,73		1.780,24	3.509,49
Equipamento de transporte	1.880,00		1.880,00	0,00
Equipamento biológico	0,00		0,00	0,00
Equipamento administrativo	1.095,42	4.575,42	1.273,98	4.396,86
Outros Ativos fixos tangíveis	29.764,85		45,00	29.719,85
Total	574.893,29	4.575,42	21.393,41	558.075,30

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	1.231.648,39	26.533,32				1.258.181,71
Equipamento básico	150.662,08	2.230,00				152.892,08
Equipamento de transporte	38.225,37	0,00				38.225,37
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	57.818,65	0,00				57.818,65
Outros Ativos fixos tangíveis	34.040,60	0,00				34.040,60
Total	1.512.395,09	28.763,32	0,00	0,00	0,00	1.541.158,41
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	711.199,29	20.841,01				732.040,30
Equipamento básico	147.152,59	2.124,16				149.276,75
Equipamento de transporte	38.225,37	0,00				38.225,37
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	53.421,79	1.139,15				54.560,94
Outros Ativos fixos tangíveis	4.320,75	0,00				4.320,75
Total	954.319,79	24.104,32	0,00	0,00	0,00	978.424,11

Descrição	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	520.449,10	26.533,32	20.841,01	526.141,41
Equipamento básico	3.509,49	2.230,00	2.124,16	3.615,33
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	4.396,86	0,00	1.139,15	3.257,71
Outros Activos fixos tangíveis	29.719,85	0,00	0,00	29.719,85
Total	558.075,30	28.763,32	24.104,32	562.273,30

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.401,55	50.231,12	6.024,30	786,42	48.975,88	0,00	825,37
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	1.401,55	50.231,12	6.024,30	786,42	48.975,88	0,00	786,42
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				56.870,55			48.936,93
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

7 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	248.171,20	239.711,77
Família e Comunidade	0,00	16.753,50
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Comparticipação Utentes	22.313,00	24.013,55
Juros	3.421,25	4.523,66
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	273.905,45	285.002,48

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
ISS, IP		
	483.856,86	479.899,86
IEFP		
	10.459,67	18.413,58
Autarquias		
	0,00	0,00
Total	494.316,53	498.313,44

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respectivamente "5" e "5".

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de "47" e em 31/12/2017 foi de "47".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	518.741,16	521.575,47
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	167,10	10.252,00
Encargos sobre as Remunerações	116.150,66	114.305,99
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.730,72	2.035,20
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1.427,68	500,00
Total	639.217,32	648.668,66

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	33.928,22	37.042,12
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	32.461,36	32.461,36
Total	66.389,58	69.503,48

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2017	2016
Clientes		
Utentes	6.540,91	0,00
Total	6.540,91	0,00

11.2 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	66,03	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	0,00	251,07
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	66,03	251,07

11.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	6.237,30	3.114,00
Depósitos à ordem	35.905,39	86.251,84
Depósitos a prazo	425.212,00	425.491,04
Outros		
Total	467.354,69	514.856,88

11.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1.775,92	0,00	0,00	1.775,92
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	984.495,12	6.616,32	0,00	991.111,44
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	5.705,25	5.705,25
Total	986.271,04	6.616,32	5.705,25	987.182,11

11.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	5.559,16	11.430,23
Adiantamentos a Fornecedores	-1.187,71	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	4.371,45	11.430,23

11.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5.262,96	4.670,96
Outros Impostos e Taxas	172,17	0,00
Total	5.435,13	4.670,96
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	1.570,51
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.325,50	3.089,50
Segurança Social	11.980,46	11.405,04
Outros Impostos e Taxas	127,61	119,67
Total	15.433,57	16.184,72

11.7 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		98.702,24		95.180,44
Outros credores		0,00		0,00
Total	0,00	98.702,24	0,00	95.180,44

11.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	494.316,53	498.313,44
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	494.316,53	498.313,44

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	27.323,60	28.364,88
Materiais	13.526,19	13.070,61
Energia e fluidos	26.770,20	29.019,13
Deslocações, estadas e transportes	1.080,68	312,81
Serviços diversos	41.991,12	41.573,75
Encargos co Utentes	7.849,11	7.803,20
Total	118.540,90	120.144,38

11.10 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	2.808,59	2.851,57
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	16,60
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	71.639,31	67.784,43
Total	74.447,90	70.652,60

11.11 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	0,00	82,59
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	805,00	475,08
Total	805,00	557,67

11.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,19	0,58
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	2,00	4,11
Total	2,19	4,69
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3.421,25	4.523,66
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	3.421,25	4.523,66
Resultados Financeiros	3.419,06	4.518,97

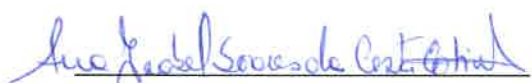
11.13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Benedita, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



A Direcção



Direcção
Batalha Henriques

Maria de Fátima F. Ribeiro